



A TERRITORIALIZAÇÃO DOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇO (PROINF) NO MÉDIO SERTÃO DE ALAGOAS (BRASIL)

THE TERRITORIALIZATION OF INFRASTRUCTURE AND SERVICE PROJECTS (PROINF) IN THE MIDDLE SERTÃO DE ALAGOAS (BRAZIL)

LA TERRITORIALIZACIÓN DE LOS PROYECTOS DE INFRAESTRUTURA Y SERVICIO (PROINF) EN EL MEDIO SERTÃO DE ALAGOAS (BRASIL)

Juliana Antero da Silva

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)
da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: julianaantero@hotmail.com

José Eloízio da Costa

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)
da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: eloizio.npegeo@gmail.com

RESUMO:

Nas últimas três décadas, ampliou-se o direcionamento das políticas públicas para a agricultura familiar. Assim, programas e projetos de desenvolvimento rural sob a abordagem territorial estão sendo implantados. Neste sentido, o objetivo deste estudo é analisar a territorialização das Ações de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços dos Territórios Rurais (PROINF) no Médio Sertão de Alagoas. Os procedimentos metodológicos foram realizados mediante pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Desde a criação do Território do Médio Sertão de Alagoas, em 2003, os Projetos de Infraestrutura e Serviços somam 13 ações que visam ao apoio à gestão territorial e ao financiamento para a diversificação dos meios técnicos de produção para a agricultura familiar. A estratégia territorial denota uma narrativa coletiva no processo de integração das políticas públicas para a agricultura familiar. A inserção da técnica provoca uma aglutinação individualista quando são materializadas as propostas do PROINF. A proposta de coletividade é sucumbida por um processo mais perverso e desagregador, pois os interesses são diversos e as intencionalidades também.

Palavras-chave: Política Territorial; Território da Cidadania; PROINF; Agricultura Familiar.

ABSTRACT:

In the last three decades, the direction of public policies for family agriculture has been broadened. Thus, rural development programs and projects under the territorial approach are being implemented. In this sense, the objective of this study is to analyze the territorialisation of the Support Actions to Infrastructure and Services Projects of the Rural Territories (PROINF) in the Middle Hinterland of Alagoas. The methodological procedures were performed through bibliographic, documentary and field research. Since the creation of the Territory of the Middle Hinterland of Alagoas in 2003, the Infrastructure and Services Projects have added 13 actions aimed at supporting territorial management and financing for the diversification of the technical means of production for family agriculture. The territorial strategy denotes a collective narrative in the process of integrating public policies for family agriculture. The insertion of the technique causes in individualistic agglutination when the PROINF proposals are materialized. The collective proposal is succumbed by a more perverse and disruptive process, because the interests are diverse and the intentionalities as well.

Keywords: Territorial Policy; Territory of Citizenship; PROINF; Family Farming.

RESUMEN:

En las últimas tres décadas, se ha ampliado el direccionamiento de las políticas públicas para la agricultura familiar. Así, se están implementando programas y proyectos de desarrollo rural bajo el enfoque territorial. En este sentido, el objetivo de este estudio es analizar la territorialización de las Acciones de Apoyo a Proyectos de Infraestructura y Servicios de los Territorios Rurales (PROINF) en el Medio Sertão de Alagoas. Los procedimientos metodológicos se realizaron mediante investigación bibliográfica, documental y de campo. Desde la creación del Territorio del Medio Sertão de Alagoas, en el 2003, los Proyectos de Infraestructura y Servicios suman 13 acciones que apuntan al apoyo a la gestión territorial y al financiamiento para la diversificación de los medios técnicos de producción para la agricultura familiar. La estrategia territorial denota una narrativa colectiva en el proceso de integración de las políticas públicas para la agricultura familiar. La inserción de la técnica provoca una aglutinación individualista cuando se materializan las propuestas del PROINF. La propuesta de colectividad es sucumbida por un proceso más perverso y desagregador, pues los intereses son diversos y las intencionalidades también.

Palabras clave: Política Territorial; Territorio de la Ciudadanía; PROINF; Agricultura familiar.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas três décadas, ampliou-se o direcionamento das políticas públicas para a agricultura familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) implantado em meados de 1990 no Brasil anuncia uma fase estratégica de desenvolvimento e descentralização política sob a perspectiva do empoderamento dos atores sociais.

A estratégia *bottom-up* ou descentralizada busca por novas alternativas de desenvolvimento socioeconômico para a agricultura familiar através da valorização do espaço rural mais vulnerável. Destarte, os programas e os projetos de desenvolvimento rural sob a abordagem territorial vem sendo implantados no Brasil, entre eles destacam-se: o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), o Programa Território da Cidadania (PTC) e as Ações de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços dos Territórios Rurais (PROINF).

As discussões sobre o rural e as políticas públicas de abordagem territorial iluminam a proposta desta pesquisa. Neste sentido, o objetivo deste estudo é analisar a territorialização das Ações de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços dos Territórios Rurais (PROINF) no Médio Sertão de Alagoas.

Este estudo estrutura-se em dois momentos de análise. Inicialmente, o ordenamento territorial no espaço rural é discutido como o arcabouço teórico-metodológico da ideia de desenvolvimento implantada no Brasil a partir da década de 1990. Evidenciam-se nesse momento as políticas públicas que marcaram a estratégia endógena rural, a saber: PRONAF, PROINF e o PTC. A segunda parte deste artigo enfoca as discussões e os resultados da territorialização do PROINF no Médio Sertão Alagoano. Diante disto, é importante ressaltar que o Médio Sertão de Alagoas se apresenta como um Território da Cidadania (TC).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos foram basicamente os seguintes: pesquisa bibliográfica e documental e trabalho de campo. A pesquisa bibliográfica foi realizada com base nas discussões sobre ordenamento territorial, espaço rural e políticas territoriais, e ancoram-se, principalmente, nas reflexões das seguintes referências: Brasil (Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, 2005; 2015); Moreira (2007); Ortega (2008); Pinto (2011); e Santos (2012; 2013).

A pesquisa documental consistiu nos seguintes procedimentos: análise das atas do Colegiado de Desenvolvimento Territorial (CODETER) do Médio Sertão Alagoano e dos dados do Censo Agropecuário de 1996, disponíveis no *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); estudo do documento intitulado “Referencial de Apoio aos Territórios Rurais”, disponível no site da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT); leitura de mapas temáticos; e coleta de dados e informações disponíveis no Portal dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial (NEDET’s).

A pesquisa de campo foi iniciada com participação das reuniões do Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Médio Sertão de Alagoas, no ano de 2016. Na oportunidade, observaram-se as representações dos atores sociais e as discussões sobre o funcionamento do frigorífico e da utilização dos tratores.

Entrevistas informais e entrevistas semiestruturadas com perguntas subjetivas foram realizadas. No primeiro momento, foram levadas a cabo entrevistas informais com os agricultores familiares. Em seguida, foram feitas entrevistas com roteiros semiestruturados com os representantes de entidades, do poder público, dos agricultores familiares e com a Assessora Territorial de Gestão Social. Ademais, registros fotográficos dos projetos e dos municípios do Território foram realizados. Algumas questões apontadas nas entrevistas foram elaboradas a partir das seguintes indagações: Quais as melhorias após a implantação dos projetos de infraestrutura? Quais as dificuldades encontradas no desenvolvimento de articulação desta política no Território? Qual a importância do colegiado como instância de discussão? Qual o conhecimento da situação atual dos projetos aprovados no Território do Médio Sertão de Alagoas? Houve acompanhamento desses projetos?

Algumas informações obtidas foram tabuladas e sistematizadas em forma de gráficos e mapa. À luz da ciência geográfica, as análises foram elaboradas com base na categoria território.



3 ORDENAMENTO TERRITORIAL NO ESPAÇO RURAL

A necessidade de corrigir os problemas sociais e ambientais marca as ações que originaram o ordenamento territorial (OT). Assim, o ordenamento do território sustentou-se no desenvolvimento da sociedade e de suas necessidades espaciais. O pós-Segunda Guerra Mundial provoca uma maior disseminação da ideia de OT ao ampliar esta abordagem para o espaço rural, antes pautado principalmente no ordenamento das cidades. Nesta perspectiva, o esvaziamento populacional do espaço rural, a centralização de políticas agrícolas setoriais e a ausência de mercado de trabalho são alguns dos vários elementos que indicam a necessidade do ordenamento dos espaços rurais. Segundo Pinto (2011), as medidas estabelecidas pelo OT procuram facilitar a fixação da população, reabilitar os núcleos populacionais e equipar de infraestruturas capazes de minimizarem os desequilíbrios socioeconômicos e ambientais do território.

A noção de OT reflete a visão política de território, uma vez que se apresenta imbricado de relações de poder, assegurando o sentido de participação, de realização, de apropriação e dominação, o que reflete nos conflitos territoriais. “O que define o território é em primeiríssimo lugar é o *poder*. Ou, em outras palavras, o que determina o ‘perfil’ do conceito é a dimensão política das relações sociais, compreendendo essa dimensão no sentido amplo de político e não no sentido de a política” (SOUZA, 2015, p. 88). Mas o uso frequente da categoria território na atualidade é influenciado pelo modelo de desenvolvimento. Diante disso, o território está pautado sobre uma nova estratégia de ordenamento, planejamento e também por uma ampla rede de relações percebidas e mediadas pelo efeito da mundialização tecnológica, que arrasta consigo o caráter desigual e combinado das relações sociais de produção.

As crises socioeconômicas dos países capitalistas no período da Guerra Fria, a necessidade de superação da pobreza e as reflexões mais recentes sobre sustentabilidade trazem à tona novas abordagens sobre as questões sociais. Estas discussões começam a ser comandadas pela perspectiva da qualidade de vida. Ordenar passou a significar conhecer profundamente o território a fim de promover as possibilidades de distinguir quais as melhores condições de organização espacial que beneficiem as necessidades humanas e promovam o desenvolvimento e a qualidade de vida (PINTO, 2011). Assim é no processo de apropriação do território que os diferentes grupos estabelecem uma relação social, e que as políticas se territorializam.

Em busca de ordenar para atender as necessidades humanas, a ideia de desenvolvimento aparece como forma de superar a visão maniqueísta do crescimento econômico enquanto valor. A



criação dos organismos internacionais pós-Segunda Guerra Mundial contribui para a ampliação das discussões nos países periféricos, em especial no Brasil.

O ordenamento territorial no Brasil resulta da influência de organismos internacionais, como a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o Banco Mundial. A configuração econômica, social e fundiária do país apresenta-se como desafios para o Estado. “[...] A meta buscada era a de incremento e equalização do crescimento econômico, superando as disparidades regionais e promovendo o bem-estar” (MORAES, 2005, p. 141). As crises estruturais do pós-Segunda Guerra Mundial e o período de redemocratização da política brasileira impulsionam a retomada do crescimento econômico e a preocupação de erradicação da pobreza. Mas as políticas de desenvolvimento lançadas nesse período foram insuficientes para resolver ou minimizar os problemas sociais. Assim, a ideia de ordenamento territorial deve ultrapassar as fronteiras do quantitativo e alçar voos multidimensionais, mais qualitativos.

Enfoca-se na perspectiva nacional a necessidade de “conhecer para ordenar”, em outras palavras, entender a organização do território sob a ótica qualitativa do desenvolvimento. Diante disto, o conhecimento do território e suas potencialidades são pontos a serem levados em consideração, quando surge a preocupação com a qualidade de vida. Nesta perspectiva, emerge a necessidade de pensar o desenvolvimento numa lógica qualitativa rompendo como caráter “nacional - desenvolvimentista” que assegurava o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. Assim, o ordenamento territorial passou a ser ancorado no paradigma da qualidade em detrimento da quantidade, em outros termos, na ideia de um tipo de desenvolvimento, de desenvolvimento territorial sustentável.

3.1 As políticas territoriais rurais no Brasil

No contexto rural nacional, até a década de 1980 as políticas agrárias pareciam direcionadas à lógica do capital, pensava-se no desenvolvimento do território brasileiro a partir da promoção da industrialização. A modernização do campo marca este período com políticas públicas de caráter setorial e centralizado, com ampliação das disparidades fundiária no país.

A modernização do campo promovida pela ideologia da “Revolução Verde” provocou um impasse, uma divergência territorial com as pequenas propriedades, o agricultor familiar foi “engolido” pela grande propriedade. Andrade (1991, p. 40) enfatiza que “a pequena propriedade dificilmente subsistia próximo ao latifúndio, pois os latifundiários facilmente expandiam seus domínios, ora forçados à venda por parte dos pequenos proprietários, ora simplesmente expulsando-



os da gleba que exploravam”. Em outros termos, a política de modernização da agricultura reforçou a manutenção e a ampliação da grande propriedade.

Segundo Milton Santos (2012, p. 243), “uma nova dinâmica de diferenciação se instala no território brasileiro”, ou seja, a modernização agrícola perpassa pela ótica do jogo de poder e pelo uso da técnica e da informatização. Nesta perspectiva, o “meio técnico” torna-se um recurso de exclusão daqueles que não dispõem deste acesso, em outras palavras, é o espaço rural produzido pela técnica. A mecanização agrícola dificultou a inserção da agricultura familiar no mercado. Enquanto os grandes proprietários eram beneficiados pela política modernizadora, o agricultor familiar era excluído do sistema. Isto refletiu na concentração de renda e da terra e no aumento das disparidades dos espaços produtivos.

Diante das dificuldades dos agricultores familiares, os Movimentos Sociais desempenham um papel relevante na luta por direitos de inserção no mercado e por direito à terra. A pressão dos movimentos sociais provocou mudanças nas estratégias políticas do Estado. Neste contexto, é relevante refletir que a necessidade por reforma agrária passa pelo viés da conflitualidade enraizada nas ações históricas da contradição capitalista do campo (OLIVEIRA, 1991). Os conflitos são materializados nas reivindicações por acesso à terra que perpassam pelo processo de resistência no campo. A presença dos movimentos sociais e sindicais caracterizou-se como ações importantes na reinvidicação de políticas públicas para a agricultura familiar.

Segundo Favareto (2010), as mudanças estratégicas no Brasil rural têm como modelo a iniciativa inovadora LEADER (Ligações Entre Ações de desenvolvimento das Economias Rurais). Criado em 1991, o programa LEADER reconhece a “ocorrência de novas dinâmicas espaciais, a exemplo de uma aproximação do rural com o urbano e a constatação de que a industrialização e a modernização agrícola não constituíam elementos suficientes para a efetiva promoção do desenvolvimento rural” (GUIMARÃES NETO, 2010, p. 69). Esta visão influencia o Estado brasileiro no direcionamento de políticas descentralizadas. Neste contexto, a abordagem territorial orienta as políticas públicas no atendimento às especificidades dos territórios “deprimidos”, para usar a expressão de Ortega (2008).

O LEADER marcou a estratégia de desenvolvimento rural na Europa e influenciou as políticas territoriais rurais no Brasil. Apoiado em uma abordagem territorial e descentralizada (*button-up*), de caráter multissetorial e integradora, o programa efetiva-se na promoção e na abertura da competitividade territorial. Os elementos competitivos são os recursos territoriais e a participação de atores sociais na elaboração e fiscalização dos projetos. O LEADER se destaca hoje

como uma das principais referências do modelo de políticas para o desenvolvimento territorial rural (FAVARETO, 2010).

3.1.1 O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

No Brasil, diante da pressão exercida pelos movimentos sociais e entidades da sociedade civil organizada ligadas ao campo, e da constatação de que a industrialização foi insuficiente para promover o desenvolvimento, foi criado, em 1996, o primeiro programa direcionado à agricultura familiar, a saber: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Este programa apresentou inicialmente três linhas principais de financiamento: **Capacitação, Infraestrutura e Serviços e Crédito Rural**. Ortega (2008, p. 123) ressalta que o PRONAF “de maneira geral tem como objetivo maior propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de emprego e a melhoria de renda”. Observa-se a emergência do discurso da participação dos agricultores familiares nas políticas agrícolas. Das linhas do PRONAF, o financiamento de infraestrutura e serviços pode ser apontada como uma importante formadora de uma cultura que visa à concertação social.

3.1.2 Ações de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços dos Territórios Rurais (PROINF)

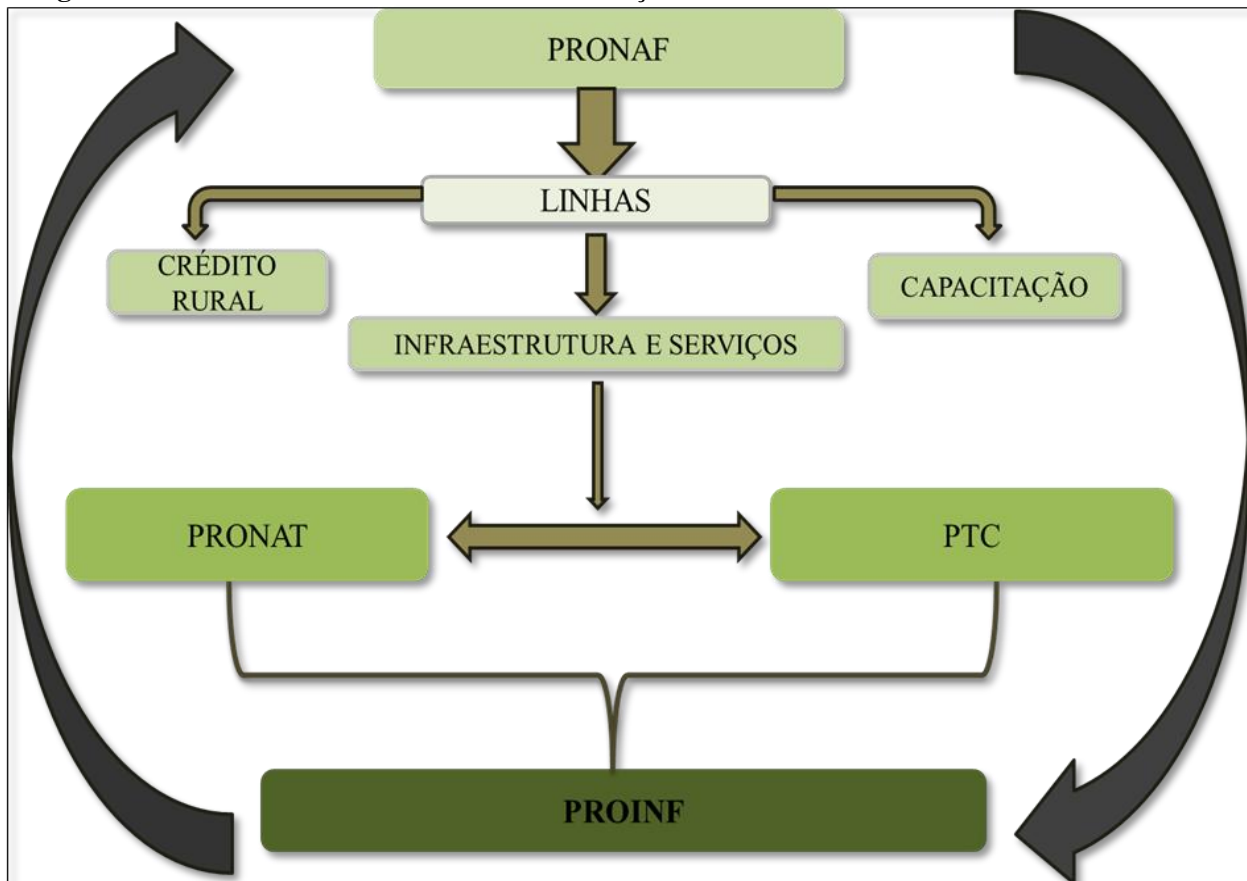
A linha de financiamento Infraestrutura e Serviços do PRONAF esteve em execução entre 1996 e 2002. A inserção desta linha em escala municipal apresentou conflitos que provocaram mudanças na sua política e na sua escala de atuação. Em 2003, essa linha integrou-se ao PRONAT e passou a denominar-se “Ações de Projetos de Infraestrutura e Serviços” (PROINF). Na adequação ao PRONAT, o PROINF começa a atuar na dimensão territorial, notadamente, em escala regional. A figura 01 destaca a evolução e adequação desta linha de financiamento aos Territórios Rurais. Faz-se necessário mencionar que alguns Territórios Rurais em 2008 irão constituir o Programa Território da Cidadania e, de igual modo, o PROINF irá integrar também o PTC (Figura 01).

Segundo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, a adoção da abordagem territorial se justifica por vários aspectos: **a)** o rural não se resume ao agrícola; **b)** a escala municipal é muito restrita para o planejamento e organização de esforços visando à promoção do desenvolvimento e a escala estadual é excessivamente ampla para dar conta da heterogeneidade e de especificidades locais que precisam ser mobilizadas com este tipo de iniciativa; **c)** a necessidade de descentralização das políticas públicas com atribuição de competência endógena; **d)** o Território é a



unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições, estabelecendo iniciativas voltadas para o desenvolvimento (BRASIL, 2005). Em síntese, a delimitação territorial tem como foco as políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável que passaram a compor os Territórios Rurais.

Figura 01: Entre o PRONAF Infraestrutura e Serviço e o PROINF dos Territórios Rurais



Elaboração: Juliana Antero da Silva, 2017

Segundo Delgado e Leite (2015), o PRONAT teve expressiva influência dos projetos LEADER no que diz respeito à abordagem territorial. Contudo, deve-se mencionar que a linha Infraestrutura e Serviço do PRONAF apresentou-se como o ponto de partida de uma política descentralizadora, tendo em vista a continuidade do modelo de institucionalidade adotado, dos tipos de público, das regiões rurais contempladas e da concepção de ruralidade implícita no programa.

Nesta perspectiva, o PROINF é uma ação de caráter não reembolsável e de responsabilidade financeira do Orçamento Geral da União (OGU). O objetivo geral do PROINF é financiar projetos de infraestrutura e serviços indutores do desenvolvimento territorial. Esta estratégia vem repercutindo no meio rural brasileiro desde o PRONAF. Segundo Tarsitano (2012), o colegiado territorial é o principal espaço de negociações para a tomada de decisões, nele é definida a

priorização das propostas técnicas a serem financiadas com recursos do PROINF. O financiamento das propostas pelo PROINF passa por diversas análises e recomendações do Território Rural do qual faz parte, até ser aprovado no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

O proponente, entidades ou instituições, devem participar das propostas, da elaboração e da concretização dos projetos para terem acesso aos recursos financeiros. Ademais, o proponente deve atender aos requisitos propostos nos territórios e fiscalizar o que foi assegurado nos projetos do PROINF. Para os projetos serem aprovados deverão comprovar a participação dos beneficiários na elaboração das propostas e sofrer indicação pela plenária do Colegiado do Território. Os proponentes e responsáveis pela gestão devem ser entes públicos e atender aos grupos sociais com prioridade no Programa Brasil sem Miséria e estar vinculados aos eixos temáticos do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS).

3.1.3 Dos Territórios Rurais ao Programa Territórios da Cidadania

As mudanças recentes processadas no espaço rural fortalecem a ideia do modelo de desenvolvimento rural. Ao considerar a pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura familiar pretende-se superar a dicotomia rural/urbano. Neste contexto, emerge o desenvolvimento rural sustentável sob a abordagem territorial. Assim, as políticas territoriais movimentam a produção do espaço rural.

Os Territórios Rurais, criados em 2003, foram ampliados em 2008 com o Programa Territórios da Cidadania. O espaço rural começa a ter “força” e visibilidade nos discursos de desenvolvimento. O PTC sob a estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável apresenta-se como um instrumento de ação para superar a pobreza rural e reduzir as desigualdades sociais, inclusive às de gênero, raça e etnia.

Os Territórios da Cidadania são configurados a partir dos critérios socioeconômicos, políticos, culturais e geográficos atrelados à concepção do rural. Esta concepção do rural pode ser compreendida como o espaço geográfico de possibilidades multidimensionais de desenvolvimento. Assim, a partir da influência das atividades produtivas, cidadania, direitos e infraestrutura “reconheceram-se novos atores políticos e sociais e as suas demandas por serviços públicos, bens naturais, incremento nos rendimentos, logística e garantia de direitos, incluindo aí as mulheres, a juventude, os povos e as comunidades tradicionais” (BUTTO; BEMERGUYA, 2014, p. 14).

O PTC articula-se territorialmente no âmbito local (os Colegiados), estadual (Comitê de Articulação do Estado) e nacional (Comitê Gestor Nacional). No plano executivo está composto por



Organizações Não Governamentais (ONG's), Sindicatos e Representantes da Sociedade Civil Organizada que são instituídos no arranjo dos Colegiados. Os Comitês Estaduais se articulam com os representantes dos municípios inseridos nos Território, além dos órgãos estaduais e federais. Do Comitê Gestor Nacional participam representantes da Casa Civil e do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Diante da nova concepção do rural, o PTC tem pretendido absorver as condições de aproveitamento das potencialidades que o campo oferece a partir do acolhimento aos grupos sociais que sofrem com as mazelas socioeconômicas, agrárias e de liberdade. O PTC articula-se por meio de políticas de desenvolvimento rural para a agricultura familiar. Neste contexto, o PTC busca firmar-se sobre os recursos disponíveis no território, uma vez que a diferenciação territorial o torna competitivo, e ao território é dada potencialidade de concorrência no Mercado.

Destarte, os Territórios da Cidadania objetivam promover o desenvolvimento socioeconômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. A participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios são fundamentais para a construção desta estratégia composta por 120 territórios onde o PROINF se territorializa. Vale ressaltar que a territorialização das políticas públicas consiste no processo de apropriação do espaço material e simbólico. E uma vez territorializado, torna-se *locus* da ação. Assim, os Territórios da Cidadania a partir do PROINF promovem, em primeira instância, uma estratégia territorializada da política endógena no rural brasileiro.

4 O PROINF NO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO MÉDIO SERTÃO DE ALAGOAS

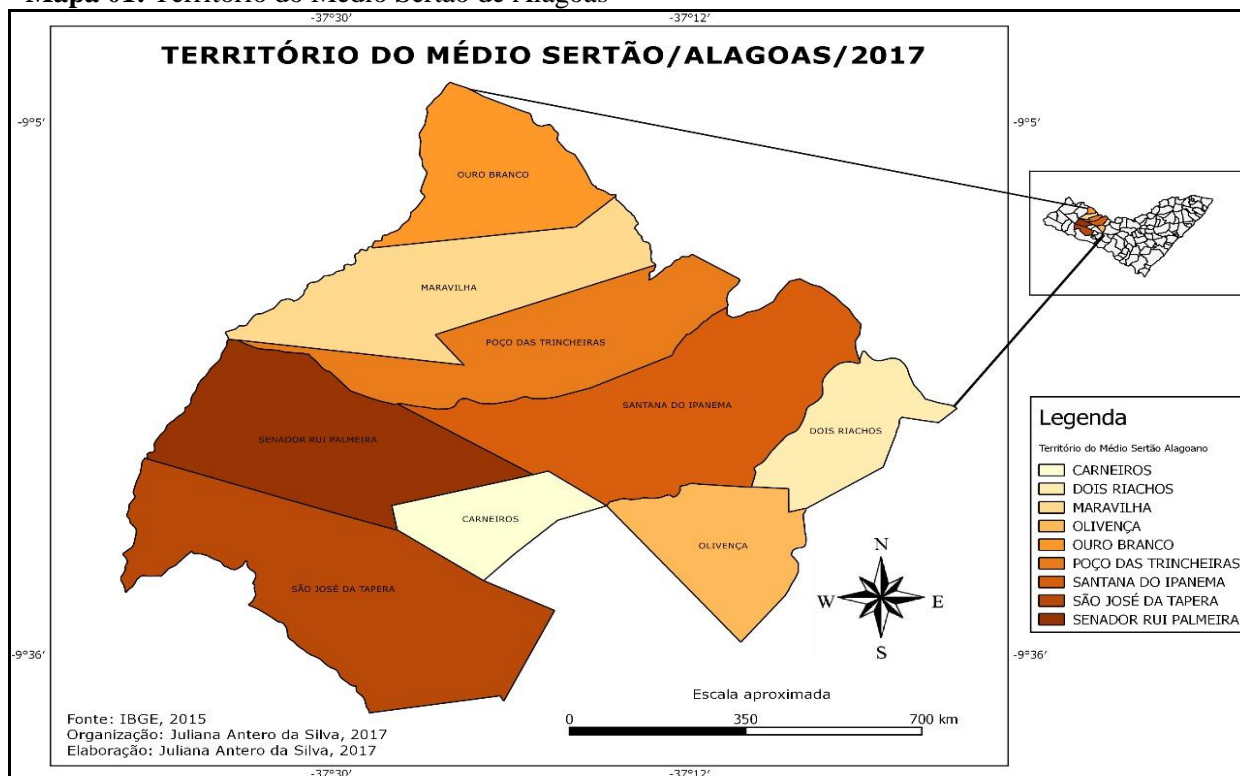
4.1 Aspectos básicos do território

Dentre os 120 Territórios da Cidadania (TC's) no país, a região Nordeste apresenta 56 Territórios, um pouco mais de 46% do total nacional. A extensão territorial e o elevado índice de desigualdade social colocam em destaque a região Nordeste no que diz respeito à quantidade de TC's.

O Estado de Alagoas apresenta 06 (seis) TC's, são eles: Territórios da Bacia Leiteira; do Agreste; do Alto Sertão; do Litoral Norte; do Médio Sertão; e da Mata Alagoana. O monopólio da terra e a desigualdade social certamente contribuem para que o estado de Alagoas tenha o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 0,631, dentre os estados do Nordeste.

O Território da Cidadania do Médio Sertão abrange uma área de 2.542,4 Km² e representa aproximadamente 10% da área total do estado, que é de 27.933,1 Km², conforme o IBGE (2010). O referido Território é composto, atualmente, por 09 (nove) municípios localizados na região semiárida de Alagoas, a saber: Carneiros, Dois Riachos, Maravilha, Olivença, Ouro Branco, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, São José da Tapera e Senador Rui Palmeira (Mapa 01).

Mapa 01: Território do Médio Sertão de Alagoas



Fonte: IBGE, 2015

Elaboração: Juliana Antero da Silva, 2017

Contabilizaram-se no Território do Médio Sertão Alagoano 153.352 mil habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE. No período de 10 anos, entre os dois últimos recenseamentos, verificou-se o declínio de 4,5% da população rural. Em 2000, o percentual de pessoas que residiam na zona rural era de 59,5%, já em 2010, esta população representava 54,5%. Os municípios de Maravilha e de Ouro Branco destacam-se no incremento de população urbana, respectivamente, de 38,4% para 49,9%, e de 52,6% para 63% (IBGE, 2000-2010/PORTAL DA CIDADANIA, 2015).

Contabilizaram-se no Território do Médio Sertão Alagoano 153.352 mil habitantes, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, realizado pelo IBGE. No período de 10 anos, entre os dois últimos recenseamentos, verificou-se o declínio de 4,5% da população rural. Em 2000, o



percentual de pessoas que residiam na zona rural era de 59,5%, já em 2010, esta população representava 54,5%. Os municípios de Maravilha e de Ouro Branco destacam-se no incremento de população urbana, respectivamente, de 38,4% para 49,9%, e de 52,6% para 63% (IBGE, 2000-2010/PORTAL DA CIDADANIA, 2015).

A redução da população rural é uma realidade sertaneja. O aspecto espacial do rural tem sido modificado ou se adequado ao processo da globalização em sua multidimensionalidade. Entendido como um espaço que vai além das atividades agrícolas, o rural no Brasil tem adquirido novas formas e novos significados nos quais “os modos de vida começam a interagir com mais força no mesmo espaço e por isso são formados vínculos territoriais diferenciados” (SOUZA; SANTOS; VILAR, 2014, p. 138) entre os que já estão e os que chegam. No sertão Alagoano tal dinâmica territorial está muito presente.

A estrutura fundiária dos municípios que integram o Médio Sertão é formada por minifúndios com média de 10 ha. Tradicionalmente, desenvolve-se a policultura em consórcio com a pecuária. A pequena propriedade é destaque no Médio Sertão. As lavouras permanentes se sobressaem, como por exemplo, o feijão, o milho, a mandioca e a castanha de caju. Com a presença das políticas públicas para o campo, há a possibilidade de os agricultores familiares diversificarem a produção. A pecuária de corte e leiteira, a ovinocaprinocultura e a avicultura estão em relevo no Médio Sertão. Como se vê, a economia gira em torno das atividades agropecuárias e para dinamizar as atividades agropecuárias propõe-se uma nova territorialização a partir dos projetos do PROINF.

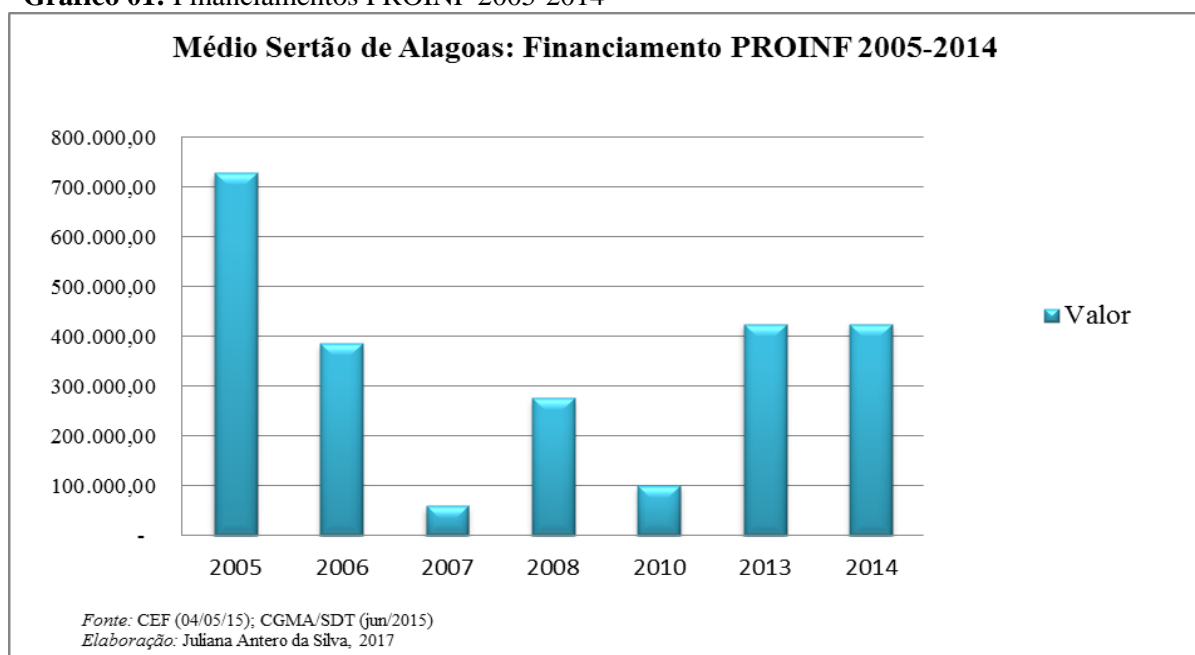
Diante disso, os territórios dos agricultores familiares devem ser analisados. Afinal, os “donos” do conhecimento sobre as particularidades e potencialidades produtivas do Médio Sertão Alagoano são os agricultores familiares. Em outras palavras, é o valor particular dos aspectos multidimensionais do “vivido” pelos membros de uma coletividade que produz o território (RAFFESTIN, 1993). Porque é no território que o agricultor familiar exerce seu poder e produz sua territorialidade que também está ligada à sua identidade ao lugar e conectada à vivência e experiência do cotidiano.

4.2 As ações do PROINF

O PROINF apresenta significativa expressão territorial quando comparado com outras políticas públicas para o campo no Médio Sertão. A proposta de “eficácia” em curto prazo, a dinamização da produção, através da construção, compra e/ou reformas de projetos de infraestrutura e serviço são as principais deliberações do PROINF. Estes propósitos funcionam como elementos

convidativos aos agricultores familiares. É a possibilidade de adquirir competitividade territorial, pois se aposta na inovação tecnológica disponibilizada pela infraestrutura fornecida pelos projetos do PROINF. Se anteriormente ter um trator para arar a terra fazia parte de um “sonho” distante, o PROINF aponta a possibilidade de ações imediatas para a transformação do “sonho” em realidade. Assim o imediatismo e os investimentos também são elementos que atraem os agricultores familiares na crença da mudança. Deste modo, faz-se necessário registrar os valores dos financiamentos para os projetos do PROINF (Gráfico 01).

Gráfico 01: Financiamentos PROINF 2005-2014



Fonte: CEF (04/05/15)CGMA/SDT (Jun./2015)

Elaboração: Juliana Antero da Silva, 2017

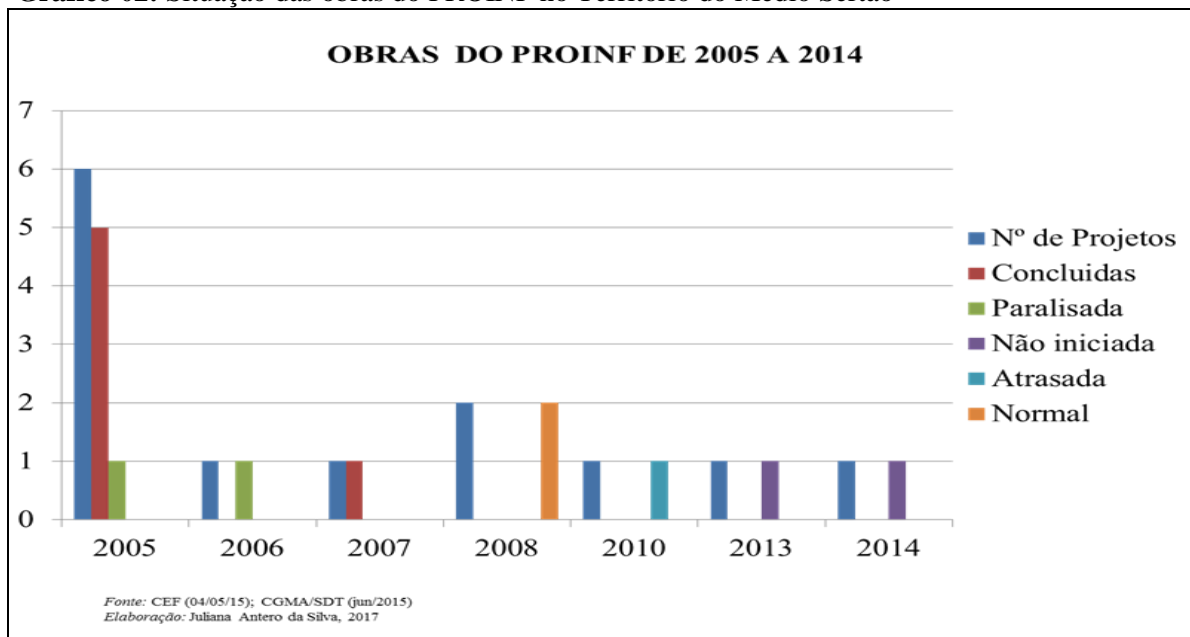
Os recursos financeiros disponibilizados para as ações de infraestrutura e serviço do PROINF no Médio Sertão de Alagoas agem como forças centrípetas na atração dos agricultores familiares. Observa-se um interesse efervescente dos gestores municipais na elaboração de propostas para submeter à aprovação dos projetos. Assim, a disputa territorial via PROINF, em tempos de globalização, tende a valorizar ou revalorizar o território tornando e valorizando a competitividade no mercado (SANTOS, 2013). Diante deste “cabo de forças”, o PROINF aponta para a formação de divergências territoriais, ou melhor, conflitos entre os gestores públicos.

Desde a formação do Território Rural do Médio Sertão, em 2003, foram aprovados treze projetos de infraestrutura e serviços. Os valores dos financiamentos variaram entre R\$ 19 mil a R\$ 425 mil, com um total de R\$ 2.400.000 em projetos. Os investimentos obtiveram no período de nove anos, entre 2005 e 2014, um crescimento relativo de 58,3%.



Dentre os PROINF's aprovados, os que tiveram maior financiamento foram: *a Construção e Equipamento do Frigorífico*, em 2006, no valor de R\$ 385.800 mil, e *o Fortalecimento da Produção agropecuária pelo Uso Coletivo de Tratores e Implementos*, no ano de 2014, com crédito de R\$ 425 mil. As demais ações foram para complementar o PROINF 2006. No entanto, é relevante mencionar que esses dois projetos são também os que apresentam situações críticas sobre as obras e os contratos como mostra o gráfico 02.

Gráfico 02: Situação das obras do PROINF no Território do Médio Sertão



Fonte: CEF (04/05/15)CGMA/SDT (Jun./2015)

Elaboração: Juliana Antero da Silva, 2017

Os primeiros projetos aprovados foram em 2005, ano que apresentou um número expressivo de ações do PROINF's. Nos anos seguintes há uma redução significativa de PROINF's para o Médio Sertão, de 6 (seis) ações em 2005, para somente 1 (uma), nos anos de 2006, 2007, 2010, 2013 e 2014. Somente no ano de 2008 se registram 2 (dois) PROINF's. Diante disto, o ano 2005, período de lançamento dos PROINF's do Médio Sertão, concentrou 50% dos contratos.

A questão que se coloca é: o que explica essa significativa redução de projetos? Considera-se que a diminuição do número de contratos pode estar associada à paralisação do 4º projeto do PROINF, ainda em 2005, intitulado de *Apoio à Atividade de Ovinocaprinocultura*. Neste contexto, as dificuldades na condução e conclusão dos projetos apontam para um problema de gestão que incidem em divergências e dificuldades de encaminhamentos, e esvaziamento nas reuniões.

Em síntese, o Território do Médio Sertão tem um total de treze contratos relacionados à aquisição de equipamentos, veículos e infraestrutura. Dos projetos contratados, 46% foram

concluídos, o que correspondem a cinco PROINF's em 2005 e um em 2007, respectivamente, direcionados à compra de veículos e apoio ao fortalecimento da Gestão Territorial.

Vale ressaltar que 31% das obras encontram-se paralisadas ou em situação não iniciada. Os projetos paralisados referem-se ao *Apoio da Produção Ovinocaprinocultura*, em 2005, e a *Compra de Equipamentos Frigoríficos*, em 2006. As duas ações em 2013 e 2014 que visa à compra de tratores não foram sequer iniciadas, ou seja, estão aguardando a apresentação dos Planos de Trabalhos para direcionar os agricultores familiares. O PROINF 2010 para *Fomentar a Integração do Território* é a única ação que tem a situação atrasada e corresponde a 8% dos PROINF'S.

Do total das ações do PROINF, 15% tem o status de normal, ou seja, cumprem com o prazo estabelecido no projeto. O percentual de obras e serviços em situação normal corresponde as ações do ano de 2008, respectivamente, a obra referente à *Construção da Casa do Mel* e ao projeto de *Fortalecimento das Comissões de Implantação das Ações Territoriais (CIATS)* (C.E.F., 2015)¹. É digno de registro que, embora a obra referente à construção da casa do mel encontre-se em situação normal, há liminar judicial por restrição cadastral no contrato. Outro PROINF que está sob liminar judicial, também por restrição cadastral, é o PROINF 2014 que diz respeito *Compra de Tratores*.

O PROINF 2006, para a *Construção e Equipamentos do Frigorífico*, se destaca como um dos principais projetos do Território do Médio Sertão (Figura 02). Contudo, este PROINF teve sua obra paralisada. Ao que tudo indica um efeito em cadeia do PROINF 2005, para apoio a atividade da ovinocaprinocultura, também paralisado. A paralisação do PROINF 2005 desencadeou o insucesso dos PROINF's posteriores.

Figura 02: Frigorífico em Santana do Ipanema - PROINF 2006 paralisado



Fonte: Trabalho de campo, 2017

¹ Caixa Econômica Federal, 2015. <http://sit.mda.gov.br/download.php>



Assim, compreende-se que a falta de estruturação para a atividade da ovinocaprinocultura mostrou-se como uma barreira na preparação territorial para a materialização do frigorífico que seria usado no abate e acondicionamento destes animais até a comercialização. Há, portanto, uma interdependência entre os PROINF's. Ou melhor, há uma inter-relação entre a matéria, o objeto geográfico, e as ações sociais que o estruturam.

A construção refere-se a um complexo frigorífico para apoiar a produção de ovinocaprinocultura e aves na área de estudo. Embora esteja com a situação contratual normal, as obras de construção do abatedouro ainda não estão a serviço dos agricultores familiares, ou seja, não estão sob o controle social do Colegiado. Segundo um dos atores sociais do poder público municipal,

o abatedouro² está precisando só de uma prestação de contas, eu não vejo muita dificuldade em fechar. É uma questão com os equipamentos no processo licitatório e para funcionar ele precisa ser complementado com algumas situações de ordem sanitárias e ambiental, aí vamos chamar de projetos complementares para o funcionamento dele (Entrevistado I, 2016, [sic]).

O PROINF 2013, sob a chamada Implementação de Novas Tecnologias Sociais, apresentou algumas limitações para a compra de máquinas forrageiras³, e foi complementado em 2014 pela proposta da compra dos tratores para uso coletivo. Neste caso, a proposta era fomentar a compra de máquinas para atender aos nove municípios do território. No entanto, o serviço não foi iniciado. O entrevistado II comenta a situação atual do PROINF 2014:

Sobre os tratores nós já temos mais avanços, foi o [PROINF] de 2014. Eles [os tratores] já chegaram, já estão sendo usados. Está no pátio da garagem da Prefeitura de Santana do Ipanema, os três [tratores] completos. Um recurso de 90 mil que já está sendo feito e que já foi homologado pelo colegiado que se compre os implementos pra pegar e destinar a algumas associações e entidades do Território. Estamos assim, na fase de Plano de Trabalho para que assumam [membros do colegiado] esta questão dos tratores (Entrevistado II, 2016, [sic]).

O entrevistado II indica que os tratores já estão sendo usados, porém isto se refere ao uso efetuado pela Prefeitura Municipal de Santana do Ipanema-AL que é a proponente do contrato. E como proponente, a gestão municipal utilizou os tratores para verificar a garantia das máquinas. Até o atual momento, a Prefeitura de Santana do Ipanema aguarda dos demais municípios a entrega do

²Termo comumente utilizado entre os membros do colegiado. Frigorífico, abatedouro ou planta de abate são denominações dadas ao local onde se realiza uma série de operações controladas e devidamente monitoradas.

³ Máquina utilizada para cortar e triturar forragens, moer sementes e cascas de cereais, milho debulhado, cana-de-açúcar, ramos de mandioca, capim, entre outros.

Plano de Trabalho para utilização das máquinas. No entanto, a questão da logística tem gerado conflitos entre as partes integrantes do Colegiado e os agricultores familiares. Há resistência em assumir a responsabilidade com as máquinas. A insatisfação gera a desistência e constrangimento com os demais componentes do Colegiado e agricultores familiares.

4.3 A Gestão Territorial do PROINF

Na tomada de decisões dos projetos, as entidades e/ou prefeituras são apresentadas como proponente dos PROINF's. Destarte, os PROINF's 2005, 2006, 2008, 2013 e 2014 apresentaram como proponente das propostas o município de Santana do Ipanema. Este município lidera em números de contratos do PROINF. Entre os anos de 2005, 2006, 2008, 2013 e 2014, o município de Santana do Ipanema foi proponente de 7 (sete) projetos ao total, distribuídos da seguintes maneira: *Serviços e infraestrutura em Territórios Rurais e Apoio a Atividade de Ovinocaprinocultura e Aquisição de três Motocicletas*, em 2005; *Construção e Equipamento de Frigorífico*, em 2006; *Construção de Casa do Mel*, em 2008; *Apoio a Estruturação de Unidades de Produção Multiplicação, Armazenamento e Distribuição de Palmas Forragens*, em 2013, e a *Compra de Tratores e Implementos*, em 2014.

O segundo maior proponente é o município de Maravilha que, de maneira diferente de Santana do Ipanema, executa a gestão do PROINF através do Centro de Desenvolvimento Comunitário de Maravilha (CDECMA). Os projetos que tiveram como proponente a prefeitura de Maravilha referem-se aos anos de 2005, 2007 e 2008, são eles: *Fortalecer e Consolidar a Gestão de Participação em Projetos de Desenvolvimento Sustentável*, em 2005; *Apoio ao Fortalecimento e Consolidação da Gestão Social Participativa e Compartilhada para o Desenvolvimento Rural Sustentável*, em 2007; e *Apoio na Consolidação dos Modelos Institucionais de Qualificação das CIATS do Médio e Alto Sertão Alagoano*, em 2008.

Por sua vez, Ouro Branco foi proponente de dois PROINF's, em 2005, para *Aquisição de Veículo para Transporte de Animais para Abate*, e outro através da Federação das Associações Comunitária de Ouro de Branco (FACOB), intitulado *Desenvolver Ações Integradas no Território Médio Sertão e demais Territórios Alagoanos visando à consolidação dos modelos em 2010*. O município de Poço das Trincheiras foi proponente de somente um PROINF, a saber: *Aquisição de Caminhão com Baú Isotérmico com Refrigeração*, em 2005.

As discussões para apresentação das propostas são feitas no Colegiado Territorial (CODETER). Assim, enfatiza-se a importância e a necessidade das reuniões para a construção e a



deliberação das propostas e das medidas a serem tomadas para acompanhar a efetividade do financiamento do PROINF. Esta forma de organização dos atores sociais, instituições, sociedade civil e Estado, vai além da simples ideia da descentralização na tomada de decisões. Segundo (DALLABRIDA, 2001, p. 03), o poder de decisão no processo da governança territorial “sinteticamente, refere-se ao ato de atribuir poder à sociedade para governar, ou, de conquista de poder pela sociedade, para governar”. O poder decisório e de participação resulta na (re)criação de projetos que visa ao desenvolvimento territorial.

Segundo Santos (2013), o exercício do poder seria uma interação entre o poder de obter submissão por meio de uma decisão referente a objetivos grupais. No Território do Médio Sertão, as plenárias do Colegiado aqui analisadas pautam-se nas discussões acerca dos PROINF’s, especificamente referente aos anos de 2006 e 2014. Ademais, debate-se sobre as dificuldades para o uso dos tratores e dos caminhões. As contestações correspondem diretamente aos entraves quanto à manutenção e à logística no deslocamento das máquinas para os municípios. Diante disso, os tratores continuam na sede do proponente de 2014, Prefeitura de Santana do Ipanema, aguardando os Planos de Trabalho dos outros municípios e a aprovação destes planos.

Os PROINF’s têm como objetivo explícito na própria sigla, infraestrutura e serviços. Ou melhor, em uma visão geográfica fundamentada na profícua teoria do professor Milton Santos (2012), o PROINF planeja projetar nos territórios dos agricultores familiares objetos e ações. Contudo, objeto sem ações e ações sem objetos, ou seja, infraestrutura sem serviços e serviços sem infraestrutura trazem à tona a inoperância do PROINF no Médio Sertão. As reuniões e plenárias tornam-se redundantes e sem eficácia, o que provoca o esvaziamento da presença dos principais interessados, os agricultores familiares.

Na entrevista ao representante das entidades civis sobre as mudanças que ocorrem no território com os PROINF’S, a visão é bem ácida: “*então, a gente não teve ainda né? Só as cisterna mesmo. Mas ainda não conseguimos os trator porque tá aqui em Santana*” (Entrevistado III, 2017, [sic]). Neste contexto, as experiências dos PROINF’s no Médio Sertão têm apresentado problemas em relação à conclusão dos projetos e à eficácia na sua aplicação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e reflexão das políticas territoriais tornam-se cada vez mais necessária. É imprescindível que seja avaliado cuidadosamente a sua relevância para o espaço rural e a melhoria

das condições de vida. A atuação dos atores sociais e demais representantes da comunidade civil deve atuar de maneira engajada para que não sejam persuadidos por medidas compensatórias.

A estratégia territorial denota uma narrativa coletiva no processo de integração das políticas públicas para a agricultura familiar. No entanto, percebe-se uma aglutinação individualista quando são materializadas as propostas do PROINF. A proposta de coletividade é sucumbida por um processo mais perverso e desagregador, pois os interesses são diversos e as intencionalidades também. Assim, os conflitos surgem destes interesses que nem sempre correspondem ao grupo, mas que são forçados a decidir sobre o uso da técnica disponibilizada. O uso dos tratores é um exemplo materializado no Médio Sertão Alagoano, pois a demanda para o uso da máquina depende da logística de transporte, do custo do combustível, manutenção e disponibilidade do tratorista. As condições de uso provocam desistência e discussões sobre o destino dos tratores. Nessa perspectiva, tem-se o objeto geográfico separado da ação social.

Os projetos do PROINF se destacam como força para atrair o agricultor familiar. A insustentabilidade no território segue um movimento de ação, uma vez que atrai para afastar. Nesta contradição, o agricultor familiar torna-se refém dos projetos num processo de (des)construção da política. A promessa efetivada está à mercê da eficácia. Assim, sem a concretização da finalidade dos projetos, coloca-se em risco a política de desenvolvimento rural, o fortalecimento da agricultura familiar é fragilizado e a autonomia produtiva reduz-se à sujeição. Não há territorialização autônoma e com sinergia suficiente para aumentar a capacidade produtiva local, a geração de emprego e a melhoria de renda no Médio Sertão de Alagoas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **Abolição e reforma agrária**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/>>. Acesso em: 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Médio Sertão Alagoano**. Brasília: MDA/SDT, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). **Marco referencial para apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Série documentos institucionais. Brasília: MDA/SDT, 2005.

BUTTO, A.; BEMERGUYA, E. Cidadania nos territórios: o olhar da Coordenação Executiva do Programa Territórios da Cidadania sobre o Estado e as mudanças na agenda de desenvolvimento



nacional. In: CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. de N. B.; NIEDERLE, P. A. (Orgs.). **Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil**. Recife: Editora UFPE, 2014.

COSTA, J. E. da; SILVA, C. L. S. da. A questão dos ciclos da gestão social nos Territórios Rurais: Os contratempos e os desafios do colegiado do Agreste de Alagoas. IN: CARVALHO, D. M. de; ALCANTARA, F. V. de; COSTA, J. E. da. (Org.) **Contextos do Espaço Rural no Nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014.

DALLABRIDA, V. R. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança. In: **I CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS**. Anais: desenvolvimento e espaço: ações, escalas e recursos. Curitiba, Paraná, 2001.

DELGADO, N. G.; LEITE, S. P. O PRONAT e o PTC: possibilidades, limites e desafios das políticas territoriais para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

FAVARETO, A. Tendências contemporâneas dos estudos sobre desenvolvimento territorial. IN: FAVARETO, A. MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: Avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010.

GUIMARÃES NETO, L. Antecedentes e evolução do planejamento territorial no Brasil. In: FAVARETO, A.; MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Orgs.) **Políticas de Desenvolvimento Territorial Rural no Brasil: avanços e desafios**. Brasília: IICA, 2010.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas**. 4ª ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, R. O espaço e o contra-espaço: As dimensões territoriais da sociedade civil e do Estado, do privado e do público na ordem espacial burguesa. In: SANTOS, M. *et al.* **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

ORTEGA, A. C. **Territórios deprimidos: Desafios para as políticas de desenvolvimento rural**. Campinas: Editora Alínea, 2008.

PINTO, A. C. dos S. Pensar os territórios rurais: paisagem, planejamento e desenvolvimento em Sever do Vouga. **Dissertação de Mestrado em Geografia**. Coimbra, Portugal: Faculdade de Letras Universidade de Coimbra, 2011.

SANTOS, C. L. Políticas públicas de desenvolvimento no Território do Alto Sertão Sergipano: Entre a governança e a sustentabilidade. **Tese (Doutorado em Geografia)**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica, e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SOUZA, A. M. S. de; SANTOS, P. P.; VILAR, J. W. C. A zona de expansão de Aracaju: Entre conflitos rurais e urbanos. In: VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. (Orgs.). **Conflitos ambientais em Sergipe**. Aracaju: IFS, 2014.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

TARSITANO, R. A. Avaliação dos Projetos PROINF do Território de Andradina (SP) a partir da perspectiva de diferentes atores. **Dissertação de Mestrado em Agronomia**. Universidade Estadual Paulista: Faculdade de Engenharia Ilha Solteira, 2012.

Recebido em 31 de agosto de 2017
Aprovado em 27 de outubro de 2017

